



2.8. não ter sido demitido e/ou demitido a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) e 10 (dez) anos, respectivamente, conforme disposto no parágrafo único do artigo 307 da Lei nº 10.261, de 28/10/1968;
2.9. declarar possuir, na data de inscrição, o requisito descrito no Capítulo III deste Edital;
2.10. entregar uma cópia legível de um documento de identidade, no prazo de validade. São considerados documentos de identidade: Carteira e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores, Polícia Militar e pela Polícia Federal; Carteira Profissional expedidas por Órgãos ou Conselhos de Classes que, por Lei Federal, valham como documento de identidade como, por exemplo, as Carteira do CREA, OAB, CRC, CRM, etc; Carteira de Trabalho e Previdência Social, bem como Carteira Nacional de Habilitação com fotografia na forma da Lei nº 9.503/1997.
2.11. preencher ficha de inscrição, fornecida pela Unidade de Ensino, na qual declara suas condições indicadas nos subitens 2.1. a 2.9. do item 2 do presente Capítulo, e juntar uma cópia legível de um documento de identidade que contenha o número do Registro Geral (RG), ou, no caso de estrangeiro, do Registro Nacional de Estrangeiro (RNE);
2.12. entregar o comprovante de recolhimento do valor de R\$ 51,81 (cinquenta e um reais e cinquenta e centavos) correspondente à taxa de inscrição, do Banco do Brasil S/A (Banco 001 – Agência Governo), Agência nº 1897-X, Conta Corrente 100.872-2.
3. Para se inscrever por procuração, será entregue mandato, com firma reconhecida, acompanhada de uma cópia da cédula de identidade do candidato e de uma cópia do documento de identidade do procurador. O candidato assumirá as consequências de eventuais erros cometidos por seu procurador ao efetuar a inscrição.
4. Não serão recebidas inscrições por via postal, fac-símile, internet, condicionais e/ou extemporâneas.
5. Em conformidade com o Decreto nº 55.588, de 17/03/2010, a pessoa transexual ou travesti poderá solicitar a inclusão e uso do "nome social" para tratamento, mediante o preenchimento de requerimento próprio.
6. A inscrição implicará o conhecimento das condições previstas no Edital e o compromisso de aceitação pelo candidato.
7. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar pelo Diário Oficial do Estado, ou por meio de divulgações afixadas nas dependências da Unidade de Ensino, as publicações de todos os editais alusivos ao certame.
7.1. As publicações afixadas nas dependências da Unidade de Ensino não têm caráter oficial, sendo meramente informativas.
8. A apresentação dos documentos exigidos, para efeito de inscrição, não exime o candidato da satisfação dos requisitos legais para a admissão.
CAPÍTULO VI
DO DEFERIMENTO E INDEFERIMENTO DE INSCRIÇÕES
1. As inscrições serão deferidas ou indeferidas pelo Diretor da Unidade de Ensino, cujo resultado será publicado no Diário Oficial do Estado e afixado nas dependências da Unidade de Ensino, com pelo menos 5 (cinco) dias úteis antes da realização da prova teórica, prevista no Capítulo X.
2. O deferimento da inscrição dependerá do correto preenchimento da ficha de inscrição pelo candidato ou seu procurador e, ainda, do atendimento às condições e requisitos de titulação previstos no Edital.
2.1. Será indeferida, ainda, a inscrição do candidato quando:
2.1.1. não registrar na ficha de inscrição a formação profissional;
2.1.2. não apor a assinatura na ficha de inscrição;
2.1.3. quando as cópias dos documentos juntados não estiverem em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação com clareza.
CAPÍTULO VII
DA REDUÇÃO OU ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO
1. Nos termos da Lei 12.782, de 20/12/2007, poderá o candidato solicitar a redução de 50% (cinquenta por cento) da taxa estipulada, devendo atender, cumulativamente, os requisitos a seguir:
1.1. Seja estudante, assim considerado o que se encontrar regularmente matriculado em:
1.1.1. curso pré-vestibular;
1.1.2. curso superior, em nível de graduação ou pós-graduação;
1.2. Perceba remuneração mensal inferior a 2 (dois) salários mínimos ou esteja desempregado.
1.3. No ato da inscrição apresentar os seguintes documentos:
1.3.1. Atos de comprovação da condição de estudante, de um dos seguintes documentos:
a) certidão ou declaração, expedida por instituição de ensino pública ou privada;
b) carteira de identidade estudantil ou documento similar, expedido por instituição de ensino pública ou privada, ou por entidade de representação discente.
1.3.2. Quanto às circunstâncias previstas no item 1.2 de comprovante de renda, ou de declaração, por escrito, da condição de desempregado.
2. Nos termos da Lei Estadual 12.147, de 12/12/2005, poderá o candidato solicitar isenção total da taxa de inscrição, devendo para tanto apresentar no mínimo 3(três) documentos expedidos somente por órgão oficial ou por entidade coleitora credenciada pela UNIAO, ESTADO ou MUNICIPIO que comprove a doação de sangue do candidato no período de 12(doze) meses anteriores a inscrição.
2.1. O documento de comprovação da qualidade de doador de sangue deverá ser juntado ao ato da inscrição.
3. Será eliminado do concurso público o candidato que, não atendendo, à época de sua inscrição, aos requisitos previstos nos itens 1 e 2, tenha obtido, com emprego de fraude ou qualquer outro meio que evidencie má fé, a redução tratada neste Capítulo.
4. A eliminação de que trata o item 3, importará a anulação da inscrição e dos demais atos praticados pelo candidato, sem prejuízo da aplicação de outras sanções cabíveis.
5. A Comissão Especial de Concurso Público analisará os pedidos entregues em tempo hábil, manifestando-se quanto ao deferimento ou indeferimento.
6. No caso da solicitação ser indeferida, o candidato deverá proceder sua inscrição com o valor da taxa integral correspondente.
7. O candidato que realizar a inscrição com pagamento de taxa reduzida em desacordo com o determinado neste Capítulo terá o pedido de inscrição invalidado.
CAPÍTULO VIII
DAS INSCRIÇÕES E PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA
1. Aos candidatos com deficiência, que pretendem fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas no item VIII, do artigo 37, da Constituição Federal, e na Lei Complementar Estadual nº 683, de 18/09/1992, com as alterações previstas na Lei Complementar Estadual nº 932, de 08/11/2002, e Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, é assegurado o direito de inscrição no presente Concurso, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições do emprego público de Auxiliar de Docente.
2. Nos termos do parágrafo único do artigo 1º do Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, e do artigo 3º do Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, a pessoa com deficiência poderá ser enquadrada em pessoas com deficiência nos seguintes casos:
2.1. Quando impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual, ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas, nos termos do artigo 1º da Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência da Organização das Nações Unidas - ONU, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 186, de 09/07/2008 e incorporada pelo Decreto Federal nº 6.949, de 25/09/2009.
3. O candidato declara ser pessoa com deficiência, indicando-na na ficha de inscrição em campo específico e providenciando até o término da inscrição os documentos a seguir especificados:
3.1. Laudo médico original ou cópia autenticada legível, com validade de 2 (dois) anos a contar da data de início da inscrição no Concurso quanto a deficiência para permanente ou de longa duração, ou de 1 (um) ano a contar da data de início da inscrição no Concurso quando a deficiência não for permanente ou de longa duração, atestando o tipo de deficiência e o seu grau, com expressa referência ao Código Internacional de Doença – CID 10, contendo a assinatura e o carimbo do CRM do médico responsável por sua emissão;
3.2. Anexar ao Laudo Médico as informações como: nome completo, número de registro geral (RG) da Carteira de Identidade, número do Cadastro de Pessoa Física (CPF) e a identificação do curso a ser pleiteado.
4. De acordo com a deficiência, o candidato indicará na ficha de inscrição, as ajudas técnicas e condições específicas necessárias para a realização das provas, conforme segue:
4.1. Ao candidato com deficiência visual que necessitar de atendimento especial, além do envio da documentação indicada no subitem 3.1. do item 3, solicitará a confecção de prova em Braille, ou Ampliada, ou a leitura de sua prova por um fiscal ou a utilização de computador com software de leitura de tela e/ou ampliação de tela, especificando o tipo de deficiência.
4.1.1. Ao candidato com deficiência que necessitar de fiscal designado para auxiliá-lo na realização da prova, como leitor, além do envio da documentação indicada no subitem 3.1. do item 3, poderá encaminhar solicitação para que a prova seja gravada, a fim de apurar, em grau de possível recurso, eventual falha do servidor;
4.1.2. Os candidatos com deficiências visuais que solicitarem prova especial em Braille serão oferecidas provas nesse sistema e suas respostas deverão ser transcritas também em Braille. Os referidos candidatos deverão levar para esse fim, no dia de aplicação das provas, reglete e punção, podendo utilizar-se de soroban;
4.1.3. Os candidatos com deficiência visual (amblopes) que solicitarem prova especial ampliada, serão oferecidas provas nesse sistema, para tanto o candidato deverá indicar o tamanho da fonte de sua prova ampliada, entre 18, 24 e 28. Não havendo indicação a prova será confeccionada em fonte 24;
4.1.4. Os deficientes visuais (cegos ou baixa visão), que solicitarem prova especial por meio de utilização de software, deverão indicar software gratuito;
4.2. Ao candidato com deficiência auditiva que necessitar do atendimento de Intérprete de LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais ou a utilização de aparelho auricular (sob suas expensas), que será inspecionado, além do envio da documentação indicada no subitem 3.1. do item 3, deverá encaminhar solicitação formal.
4.2.1. Ao candidato com deficiência que necessitar de fiscal designado para auxiliá-lo na realização da prova, como intérprete de LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais, além do envio da documentação indicada no subitem 3.1. do item 3, poderá encaminhar solicitação para que a prova seja gravada, a fim de apurar, em grau de possível recurso, eventual falha do servidor.
4.3. Ao candidato com deficiência física, que necessitar de atendimento especial, além do envio da documentação indicada no subitem 3.1. do item 3, deverá solicitar mobiliário adaptado e espaços adequados para a realização da prova, designação de fiscal para auxiliar no manuseio da prova escrita e transcrição das respostas, salas de fácil acesso, banheiros adaptados para cadeira de rodas etc., especificando o tipo de deficiência.
4.4. O laudo médico a que se refere o subitem 3.1. do item 3, deverá estabelecer também em função da deficiência, quanto tempo adicional necessitará o candidato para a realização das provas previstas no certame.
5. Os candidatos que não atenderem ao disposto nos subitens 3.1. e 3.2. do item 3, serão considerados pessoas sem deficiência. Nessas condições, mesmo que necessitarem dos recursos e condições específicas para a realização da prova, expostos nos subitens 4.1, 4.2, 4.3 e 4.4 do item 4, não terão o atendimento especial, provas diferenciadas e tempo adicional, seja qual for o motivo alegado.
6. É de responsabilidade do candidato com deficiência observar a exigência dos requisitos contidos neste Edital e a abertura de inscrições e declarar-se ciente das condições estabelecidas no certame.
7. O não atendimento ao disposto no item 3 ou cuja deficiência não seja constatada, será eliminado da lista especial, constando assim apenas da lista de classificação geral de habilitados.
8. Os candidatos com deficiência participarão do concurso em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao dia, horário e local de aplicação das provas, e a nota mínima exigida para todos os demais candidatos, nos termos do artigo 2º da Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, e regulamentada pelo Decreto nº 59.591, de 14/10/2013.
9. Não ocorrendo inscrição no concurso ou aprovação de candidatos com deficiência, as vagas reservadas ficarão liberadas, em observância ao disposto no §2º do artigo 2º da Lei Complementar nº 932, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, e regulamentada pelo Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, e serão preenchidas pelos demais candidatos. Será elaborada somente uma lista de classificação geral, prosseguindo o concurso nos seus ulteriores termos.
10. A Comissão Especial de Concurso Público providenciará para que as provas do Concurso sejam realizadas em locais acessíveis aos candidatos com deficiência.
11. O candidato com deficiência deverá declarar, quando da inscrição, se deseja concorrer às vagas reservadas a pessoas com deficiência.
12. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Edital não poderá apresentar recurso em favor de sua condição.
13. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições do emprego público postulado, o candidato será eliminado do certame.
14. Após a investidura do candidato, a deficiência não poderá ser arguida para justificar a concessão da aposentadoria por invalidez.
15. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da prova ficará sujeito à análise da razoabilidade do solicitado.
16. Quando o número de candidato com deficiência for insuficiente para preencher as vagas reservadas, as que restarem serão reabertas para os demais candidatos.
CAPÍTULO IX
DA BANCA EXAMINADORA
1. A Banca Examinadora será designada por ato do Diretor da Unidade de Ensino, composta obrigatoriamente por 03 (três) membros, contendo pelo menos um especialista na área de atuação do Auxiliar de Docente, que deverá presidir a Banca Examinadora.
2. A designação dos membros da Banca Examinadora levará em consideração os princípios de igualdade e de imparcialidade em relação aos candidatos inscritos. A inobservância desses princípios acarretará na anulação do certame.
2.1. Com a finalidade de atender o disposto neste Capítulo, o Diretor da Unidade de Ensino, mediante justificativa produzida no processo de concurso, poderá designar a Banca Examinadora com membros de outra Unidade de Ensino ou de fora do CEETEPS, observando-se as regras estabelecidas no item 1 do presente Capítulo.

CAP
DAS
1. C
(duas) f.
1. prova objetiva, composta por questões de múltipla escolha – prova teórica;
1.2. prova objetiva prática de habilidades operacionais e técnicas – prova prática.
2. A prova teórica versará sobre os conteúdos relacionados à área de atuação, objetivando avaliar o candidato sob o aspecto dos conhecimentos gerais do campo em que vier a atuar, e ainda:
2.1. Abordará conceitos referentes a Lei Federal nº 15.227, de 18/11/2011 (Lei de Acesso a Informação), e do Decreto nº 58.052, de 16/05/2012, que regulamenta a referida Lei no âmbito do estado de São Paulo.
2.2. O gabarito da prova teórica será disponibilizado nas dependências da Unidade de Ensino.
3. A prova teórica, terá a duração de 3 (três) horas.
4. O candidato poderá retirar-se, definitivamente, da sala destinada a prova escrita, decorrido 1 (uma) hora de seu início.
5. Durante a realização da prova teórica não serão permitidas consultas bibliográficas de qualquer espécie, nem a utilização de máquinas calculadoras ou equipamentos eletrônicos.
6. Será eliminado do concurso público o candidato que:
6.1. perturbar de qualquer modo a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento inadequado;
6.2. agir com incorreção ou descortesia para qualquer membro da equipe encarregada da aplicação da prova, Direção da Unidade de Ensino, autoridade presente ou a outro candidato; e
6.3. durante a realização das provas, for surpreendido comunicando-se com outro candidato ou terceiros, verbalmente, por escrito ou por qualquer outro meio de comunicação, sobre a prova que estiver sendo realizada.
7. O candidato não poderá ausentar-se da sala de prova sem acompanhamento de um fiscal.
8. A prova prática terá como finalidade avaliar o candidato sob o aspecto do conhecimento e habilidades voltadas a organização e ao preparo dos ambientes didáticos (laboratórios, oficinas, de campo, setores agropecuários, etc.), objetivando as aulas práticas relacionadas à área em que atuará, e terá a duração máxima de 3 (três) horas.
9. O programa das provas mencionadas no presente Capítulo constará do ANEXO II do presente Edital.
10. Os Editais de convocação para as provas serão publicados em DOE, divulgados na Unidade de Ensino, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, com a indicação do dia, hora e local de aplicação das provas.
11. O candidato deverá comparecer ao local designado para a aplicação das provas mencionadas no presente Capítulo, preferencialmente, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido de protocolo de inscrição; e do original de um documento de identificação, de acordo com o relacionado no Capítulo V deste Edital.
12. Não será admitido na sala ou no local da prova, o candidato que se apresentar após o horário estabelecido para seu início.
13. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado, em nenhuma das fases, nem aplicação da prova fora do local, data e horário preestabelecido.
14. O candidato não poderá alegar qualquer desconhecimento sobre a realização das provas como justificativa de sua ausência.
15. O comparecimento às provas, qualquer que seja o motivo, caracterizará desistência do candidato e resultará em sua eliminação do certame.
CAPÍTULO XI
DO JULGAMENTO DAS PROVAS
1. A prova teórica tem caráter eliminatório, não contando seu pontos para a classificação final.
2. A avaliação da prova teórica obedece à escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos.
1.2. Participará da fase seguinte o candidato que obtiver, no mínimo, 50 (cinquenta) pontos do total da pontuação atribuída à prova, até um limite máximo de 10 (dez) candidatos, escolhidos em ordem decrescente de nota.
1.3. Havendo empate na décima colocação, todos os candidatos que se encontrem nessa condição participarão da fase subsequente.
1.4. Na avaliação realizada nesta fase, o candidato será considerado "qualificado" ou "não qualificado" para a fase subsequente do certame.
1.5. A convocação para a fase subsequente obedecerá ao disposto no subitem 1.2. do item 1 do presente Capítulo.
2. A avaliação da prova prática obedece à escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos.
2.1. A nota obtida na prova prática será o resultado da média aritmética das notas atribuídas pelos membros da Banca Examinadora, e será considerada a nota final para efeito de classificação.
4. Considerar-se-á aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50% (cinquenta por cento) do total da pontuação prevista para a prova prática, ou seja, nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos.
CAPÍTULO XII
DA CLASSIFICAÇÃO, CRITÉRIO DE DESEMPATE, CONVOCAÇÃO E ADMISSÃO
1. Haverá lista onde constará todos os candidatos aprovados e classificados, conforme disposto no Capítulo III do Edital.
1.1. Haverá também lista especial atinente apenas aos candidatos com deficiência, na hipótese de em se aplicando a prerrogativa prevista no Capítulo I do presente Edital resultar em vaga.
1.2. A classificação final, publicada em DOE, obedece a ordem decrescente da nota final.
2. Em caso de igualdade na pontuação final, aplicar-se-ão, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate ao candidato observando-se a data de término das inscrições:
2.1. com a idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos, nos termos do parágrafo único do artigo 27 da Lei 10.741/2003 (Estatuto do Idoso), entre si e frente aos demais, com prioridade ao de maior idade;
2.2. que obtiver maior nota na prova prática;
2.3. de maior idade;
2.4. que tenha, comprovadamente, sido jurado, nos termos do disposto no artigo 440 do Código de Processo Penal – Dec. 1º do item 1º do parágrafo único do artigo 2º do Decreto nº 11.689, de 10/08/2008, direito este reconhecido, quando exerceu a função de jurado, a partir da vigência da lei federal aqui citada, ou seja, 10/08/2008;
2.4.1. para que se beneficie deste critério de desempate, o candidato deverá:
a) informar no ato da inscrição sua condição de ter exercido a função de jurado;
b) apresentar o documento de que o exercício do emprego deverá apresentar prova documental de que exerceu essa função.
2.4.2. Caso o candidato declare no ato de inscrição que já exerceu a função de jurado, se beneficie deste critério de desempate e não comprove documental esta condição no ato do exercício, será eliminado do concurso.
2.4.3. Para atender os dispositivos mencionados anteriormente, a comissão de ensino se valerá da ficha de inscrição e da cópia do documento de inscrição.
3. No prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data de publicação das listas de classificação, os candidatos com deficiência deverão se submeter à perícia médica para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições do emprego.
4. A perícia médica será realizada no Órgão Médico Oficial do Estado, por especialistas na área da deficiência de cada

3 (três) dias úteis, contados da data de sua expedição.
6. Findo o prazo estabelecido no item anterior, serão publicadas no Diário Oficial do Estado as listas de classificação geral e especial, das quais serão excluídos os candidatos portadores de deficiência, considerados inaptos na inspeção médica.
7. O candidato, cuja deficiência não for configurada ou deixar de entregar o laudo no prazo estabelecido no item 5, constará apenas na lista de classificação geral.
8. Após publicação da homologação do concurso em DOE, o Diretor da Unidade de Ensino convocará por meio de Edital divulgado em DOE, o(s) candidato(s) aprovado(s) e classificado(s), observando o número de vagas oferecido(s) no Certame.
9. A convocação obedecerá a ordem de classificação final.
10. A admissão será precedida de edital de convocação e só se concretizará se for na área de atuação em que o candidato tenha se inscrito e obtido êxito.
11. A admissão obedecerá a ordem de classificação final, e farse-á na classe de Auxiliar de Docente, do subquadro de empregos públicos permanentes (SQEP-P), no padrão IA, conforme disposto no preâmbulo do presente Edital e Portaria de Admissão em DOE, obedecidos aos seguintes procedimentos:
11.1. entre das documentações exigidas neste edital, que declarou possuir à época da inscrição e ainda, aquelas solicitadas pelo órgão administrativo da unidade de ensino, descritas no Manual de Recursos Humanos, e que constitui o Edital deste Edital;
11.2. entrega do atestado de saúde ocupacional; e
11.3. publicação do Ato Decisório, no caso de encontrar-se em acumulação remunerada, nos termos do inciso XVI, do artigo 37 da Constituição Federal.
12. O candidato admitido assinará contrato de experiência com prazo de 90 (noventa) dias, conforme disposto no CII.
CAPÍTULO XIII
DOS RECURSOS
1. O candidato poderá interpor recurso no prazo de 3 (três) dias úteis, a ser entregue e protocolizado na Unidade de Ensino onde se inscreveu, em duas vias (original e cópia), no horário das 10h00 às 13h00 e das 14h00 às 17h00, a partir das datas das divulgações dos editais de cada uma das fases do concurso em Diário Oficial do Estado.
2. O recurso, devidamente fundamentado, deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino.
2.1. Cada questão ou item deverá ser apresentado em folha separada, com argumentação lógica e consistente.
3. Admitir-se-á um único recurso por candidato para cada etapa do concurso, desde que devidamente fundamentado.
4. Somente serão apreciados os recursos interpostos dentro do prazo, expressos em termos adequados e respeitosos, e que apontem circunstâncias que os justifiquem.
5. O recurso interposto por procurador só será aceito se estiver acompanhado do respectivo instrumento de mandato e de cópia reprográfica do documento de identidade do procurador.
6. Não serão aceitos recursos interpostos por via postal, fax, internet, telegrama ou outro meio que não seja o especificado neste Edital, que não contenham os elementos determinados nos itens anteriores ou que estejam fora do prazo estipulado no item 1 deste Capítulo.
7. A apreciação do recurso é de competência do Diretor da Unidade de Ensino, cuja decisão é publicada no DOE.
8. O candidato tomará conhecimento do resultado do recurso via DOE.
9. Na hipótese de anulação de questões, o(s) ponto(s) relativo(s) será(ão) atribuído(s) a todos os candidatos que prestaram a prova correspondente.
10. Não caberão recursos adicionais aos recursos interpostos, sendo o Diretor da Unidade de Ensino soberano em suas decisões.
11. Em função dos recursos impetrados e das decisões emanadas pelo Diretor da Unidade de Ensino, poderá haver alterações nas publicações das etapas constantes do concurso, antes de sua homologação.
12. Na existência de recursos, a data da prova será fixada para após a resolução definitiva dos recursos impetrados e, neste caso, a Unidade de Ensino responsável pelo concurso encarregar-se-á do aviso aos candidatos da data fixada para a realização da prova.
CAPÍTULO XIV
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
1. A inscrição importará ao candidato o pleno conhecimento das disposições do Edital e na aceitação tácita das condições tais como se acham nele estabelecidas.
2. A inexistência das afirmativas ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente à homologação do concurso, eliminará o candidato, independentemente de qualquer resultado obtido na(s) prova(s), sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração.
3. Caberá ao candidato comprovar que o diploma ou certificado de conclusão de curso seja:
3.1. autorizado por órgão competente, quando proveniente de habilitação profissional de nível técnico;
3.2. reconhecido, quando proveniente de curso de graduação superior (bacharelado, licenciatura ou de graduação tecnológica);
3.3. revalidado por Universidade ou Instituição Oficial, que mantenham cursos congêneres, credenciada junto ao órgão competente, quando proveniente de cursos realizados no exterior, seja de nível técnico ou de graduação superior (bacharelado, licenciatura ou de graduação tecnológica).
4. Somente poderá ser admitido o estrangeiro que preencha os requisitos para naturalização, e o estrangeiro de nacionalidade portuguesa, com direito aos benefícios do Estatuto da Igualdade.
4.1. Em logrando êxito no Certame, o estrangeiro que não cumprir as exigências previstas nas alíneas "a", "b" e "c", do subitem 2.1.2, do item 2 do presente Capítulo V, será desclassificado e excluído do mesmo.
5. A Comissão Especial de Concurso Público poderá a qualquer momento solicitar ao candidato a apresentação, esclarecimento ou informações sobre os documentos previstos no Edital.
6. O prazo de validade do concurso público será de 1 (um) ano, a partir da data de homologação, em DOE, do Diretor da Unidade de Ensino, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da Direção da Unidade de Ensino.
7. O candidato que não atender à convocação, recusar a admissão ou, convocado e admitido, deixar de entrar em exercício, terá exaurido os direitos decorrentes da sua habilitação no concurso.
8. O critério do Diretor da Unidade de Ensino, restando vaga, respeitando-se a validade do concurso e, após manifestação quanto ao emprego por parte de todos os candidatos aprovados e classificados, poderá ocorrer o aproveitamento daqueles que não atenderam à convocação para assumir a vaga ou dela desistiram, bem como, dos que deixaram de serem admitidos por não assumirem os exercícios dentro dos prazos estabelecidos.
9. O candidato aprovado e não aproveitado inicialmente poderá ser aproveitamento em outra FATEC do Centro Paula Souza, a critério do Diretor, mediante solicitação formal via Ofício.
9.1. O edital de convocação será providenciado pela Unidade de Ensino responsável pelo concurso e obedecerá a ordem de classificação.
9.2. O candidato que recusar o emprego público ou não comparecer na data prevista para a manifestação não perderá o direito a nova convocação na Unidade de Ensino em que foi aprovado.

autoridade certificadora oficial
imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO
SAO PAULO
Secretaria de Governo
documento assinado digitalmente
A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br
terça-feira, 24 de maio de 2016 às 02:52:06.



9.3. O candidato admitido neste termo perderá o direito a vaga na Unidade de Ensino em que foi aprovado, assumindo a despesa decorrente de sua aceitação.

9.4. O candidato que aceitar o emprego público, mas não entrar em exercício ou não entregar a documentação para formalizar a admissão, no prazo estipulado, terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no concurso.

10. Em hipótese alguma será devolvido o valor pago pela inscrição, salvo em caso de cancelamento do concurso.

11. O edital de inscrição encontra-se afixado nas dependências da Unidade de Ensino.

ANEXO I – A QUE SE REFERE O ITEM 2, DO CAPÍTULO II – DO EMPREGO PÚBLICO DE AUXILIAR DE DOCENTE DO EDITAL Nº 127/01/2016

DAS ATRIBUIÇÕES DO EMPREGO

a) instruir alunos na execução das práticas operacionais específicas de tarefas nos laboratórios e nas oficinas, orientando-os nas técnicas de utilização de máquinas, ferramentas, instrumentos, aparelhos, etc., para habilitá-los à análise do desempenho na execução de uma tarefa;

b) efetuar demonstrações das técnicas operacionais, manipulando ferramentas, máquinas, instrumentos e equipamentos;

c) fornecer dados e informações necessárias ao trabalho de cada aluno, para possibilitar o desenvolvimento das operações dentro das especificações exigidas;

d) interpretar e explicar, individualmente ou em grupo, detalhes de desenho ou das especificações escritas para orientação do aluno sobre o roteiro e a forma correta da execução do trabalho;

e) fornecer dados necessários ao trabalho de cada aluno para possibilitar o desenvolvimento do trabalho dentro das especificações exigidas;

f) diligenciar no sentido de que os alunos se utilizem adequadamente das máquinas, ferramentas, instrumentos, equipamentos, etc.;

g) providenciar a preparação do local de trabalho, dos materiais, ferramentas, instrumentos, máquinas e equipamentos a serem utilizados, verificando as condições dos mesmos, o estado de conservação de todos os equipamentos e cuidados de segurança dos alunos, para assegurar a execução correta das tarefas e operações programadas;

h) observar e fazer observar, permanentemente, as normas de higiene e segurança do trabalho em todos os locais;

i) comunicar ao superior hierárquico as irregularidades e os problemas constatados, de qualquer ordem;

j) colaborar para o bom funcionamento dos laboratórios e das oficinas;

k) cuidar da preparação dos materiais de consumo, nos laboratórios, quando originários do almoxarifado;

l) providenciar e/ou confeccionar corpos de prova para ensaios de materiais de uso nos laboratórios e nas oficinas;

m) participar de reuniões sempre que convocados;

n) manter-se atualizado com o desenvolvimento técnico, científico ou cultural, relativo ao seu campo de atividade;

o) frequentar os treinamentos e cursos de atualização, extensão e outros promovidos pela Unidade de Ensino;

p) cuidar da instalação, manutenção e reparação de máquinas, equipamentos e instalações de laboratórios;

q) cuidar da organização do setor de manutenção e almoxarifado pertencentes aos laboratórios e suas instalações;

r) colaborar nos trabalhos gerais de instalação, manutenção e reparação, realizados na Unidade de Ensino;

s) zelar pela manutenção e conservação das máquinas, ferramentas, instalações e equipamentos de laboratórios;

t) colaborar com o docente em programas de extensão universitária à comunidade;

u) desempenhar outras atividades correlatas e afins.

ANEXO II – A QUE SE REFERE O ITEM 9,

DO CAPÍTULO X – DAS PROVAS DO EDITAL Nº 127/01/2016

ÁREA DE ATUAÇÃO: INFORMÁTICA.

PROGRAMAS DAS PROVAS

Laboratórios de Informática

Programa:

- Sistemas Operacionais Desktop e Servidores;

- Redes locais, redes de longa distância, redes integradas (voz, dados e imagem);

- Redes padrão Ethernet (cabeados) e WiFi;

- Serviços de Redes de Computadores;

- Protocolos de Comunicação;

- Equipamentos de Rede de Computadores;

- Rede Local Virtual – VLAN;

- Redes de Computadores (Instalação, Configuração);

- Manutenção de Computadores;

- Gerência de Projetos;

- Linguagem Java/PHP;

- Segurança e privacidade de informações;

- Shell Script;

- Banco de Dados (MER-Modelo de Entidade e Relacionamento, Normalização, Stored Procedure, Triggers, Função);

- Linguagem e consulta SQL;

- Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

Bibliografia Sugerida

Bezerra, E., Princípio de Análise e Projeto de Sistemas em UML, ELSEVIER – Campus, 2006;

BORGES JR, M. P. Programando em C#. Net Para Web – Guia Rápido usando Visual Studio.Net 2003. Ciência Moderna, 2005.

DATE, C. J., Introdução a Sistemas de Bancos de Dados, Rio de Janeiro, Campus, 2004;

FLYNN, Ida M.; MCHOESE, Ann McIver, Introdução aos Sistemas Operacionais, Thomson, 2002;

FOROZZAN, B. Comunicação de dados e redes de computadores. São Paulo: McGraw Hill Brasil, 2008;

HELDMAN, Kim. Gerência de Projetos: Guia para Exame Oficial do PMI, 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

HUNT, Craig. Linux Servidores de redes. 1.ed. Editora Ciência Moderna, 2004;

KUROSE, James F.; ROSS, Keith W. Redes de computadores e a Internet. 3. ed. São Paulo: Prentice-hall, 2006.

LIMA Jr, A. W., Utilizando na Prática - Internet & Redes de Computadores, Alta Books, 2002;

MAIA, Luiz Paulo. Arquitetura de Redes de Computadores. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

Manzano, J. A. N. G., MySQL 5.0 Interativo – Guia Básico de Orientação e Desenvolvimento, Ed. 2007;

MCLLEAN, E.; WETHEBER, J.; TURBAN, E. Tecnologia da Informação para Gestão, 3ª Ed., Bookman, 2004;

MORAES, Alexandre Fernandes de, Redes de Computadores – Fundamentos, Érica, 2004;

OLIVEIRA, Romulo Silva de; CARISSIMII, Alexandre da Silva; TOSCANI, Simão Sirineo. Sistemas Operacionais. 4. ed. São Paulo: Bookman, 2010.

PMI. PMBOK Guia do Conjunto de Conhecimentos em Gerenciamento de Projetos. Project Management, 2009;

RAMAKRISHNAN, Ragu. Sistemas de Gerenciamento de Banco de Dados. 3. ed. São Paulo: McGraw Hill, 2008.

REZENDE, N. A. Engenharia de Software e Sistemas de Informação, Brasport, 2005;

REZENDE, Denis Alcides, Planejamento de Sistemas de Informação e Informática, São Paulo, Atlas, 2003;

SETZER, V. W., Banco de Dados, Edt. Edgar Blucher, São Paulo, 1986;

Silberschatz, Abraham. Sistema de Banco de Dados. 5. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

SILVA FILHO, Cândido Ferreira da., Tecnologia da Informação e Gestão do Conhecimento, Alínea, 2005;

SOARES, Luiz Fernando Gomes. Redes de Computadores: Das Lans, Mans e Wans às Redes Atm. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1995.

STAIR, Ralph M., REYNOLDS, George W. Princípios de Sistemas de Informação, 9ª Ed.LTC, 2010;

STALLINGS, William. Criptografia e Segurança de Redes: Princípios e Práticas. 4. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

TANENBAUM, Andrew S. Redes de Computadores. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

TANENBAUM, Andrew S. Sistemas Operacionais Modernos. 3. ed. São Paulo: Prentice-hall, 2010.

TANENBAUM, Andrew S., Sistemas Operacionais Modernos, Prentice Hall (Pearson), 2ª Edição, 2003;

TORRES, Gabriela. Redes de Computadores Curso Completo, Rio de Janeiro, Axel Books, 2001;

VELLOSO, F.C., Informática: Conceitos Básicos, Rio de Janeiro, Campus, 2004;

VIANA, Eliseu Ribeiro Chere. Virtualização de Servidores Linux para redes corporativas. Ciência Moderna, 2011.

ANEXO III – A QUE SE REFERE O SUBITEM 11.1. DO ITEM 11, DO CAPÍTULO XII – DA CLASSIFICAÇÃO CATEGÓRICA DE DESEMPATE, CONVOCAÇÃO E ADMISSÃO DO EDITAL Nº 127/01/2016

DOCUMENTAÇÃO A QUE ALUDE O MANUAL DE RECURSOS HUMANOS

1. Currículo atualizado (simplificado);

2. Declaração de Situação Funcional (modelo fornecido pela Unidade);

3. Declaração de Acumulação de Cargo/Função, quando for o caso (modelo fornecido pela Unidade);

4. Declaração informando se possui ou não antecedentes criminais (modelo fornecido pela Unidade);

5. Declaração de Dependentes para fins de desconto do Imposto de Renda na Fonte (modelo fornecido pela Unidade);

6. Requerimento de Salário Família (modelo fornecido pela Unidade); e cópia da(s) Certidão(ões) de Nascimento;

7. Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos quando for o caso;

8. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, apenas das páginas onde constam a identificação (frente e verso) e do último registro;

9. Cópia da Cédula de Identidade – RG;

10. Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF;

11. Cópia do PIS/PASEP;

12. Cópia do Título de Eleitor e do comprovante de votação do 1º e 2º turnos da última eleição, do 2º turno desse que tenha havido ou declaração informando que está em dia com as obrigações eleitorais;

13. Cópia do Certificado Militar ou comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino;

14. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento;

15. Cópia autenticada dos documentos que comprovem os requisitos constantes do Edital de Abertura de Inscrições (Diploma, ou na falta deste, o Certificado de Conclusão, registro no respectivo conselho, especializações, comprovante de experiência);

16. Cópia do comprovante do número da conta corrente do Banco do Brasil.

FACULDADE DE TECNOLOGIA DE PRAIA GRANDE – PRAIA GRANDE

EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES AO CONCURSO PÚBLICO PARA AUXILIAR DE DOCENTE, Nº 127/01/2016.

O CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA – CETEPS, a vista das inscrições do Edital nº 60.449, de 15/05/2014, publicado no DOE de 16/05/2014, através da Comissão Especial de Concurso Público da FACULDADE DE TECNOLOGIA DE PRAIA GRANDE, da cidade de PRAIA GRANDE, designada conforme Portaria do Diretor da Unidade de Ensino Nº 13/2016, nos termos da Portaria CETEPS-GDS Nº 914, de 14, publicada no DOE de 15/01/2015, republicada no DOE de 20/01/2015, em face da autorização expedida pelo Ministério do Processo CETEPS Nº 5.976/2014 (SGP-10.908.15), publicada no DOE de 26/05/2015, seção I, página 1, TORNA PÚBLICA A ABERTURA de inscrições ao Concurso Público para preencher, mediante admissão, (s) emprego(s) público(s) permanente(s) de AUXILIAR DE DOCENTE, PADRÃO I-A, DO SQEP-P, DO QUADRO DE PESSOAL DO CETEPS.

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES INICIAIS

1. A admissão far-se-á no regime da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e legislação complementar, obedecido nos termos do artigo 4º da Lei Complementar nº 1.240 de 22/04/2014, publicada no DOE de 23/04/2014, o disposto no parágrafo único do artigo 445 da CLT, ficando reservado 5% (cinco por cento) do total das vagas a ser preenchida por candidatos com deficiência, nos termos da Lei Complementar nº 683, de 19/09/1992, DO de 19/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, DOE de 09/11/2002 e regulamentada pelo Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, DOE de 15/10/2013.

- CAPÍTULO II DO EMPREGO PÚBLICO DE AUXILIAR DE DOCENTE

1. Área de atuação: QUÍMICA.

1.1. Número de vagas: 1.

1.2. Perfil do Candidato: Desenvolver e/ou auxiliar nas atividades de apoio aos projetos de pesquisa, programas de ensino e extensão universitária, planejando, elaborando, organizando, implantando, executando, acompanhando e avaliando os resultados obtidos da sua área de atuação. Auxiliar docentes nas atividades de ensino, preparando materiais e equipamentos necessários para aulas (práticas e teóricas), fazendo acompanhamento nas aulas práticas laboratoriais. Realizar atividades técnicas laboratoriais relacionadas ao campo de atuação, utilizando-se de métodos e técnicas específicas. Aptidão para desenvolver e padronizar técnicas laboratoriais relacionadas à química e bioquímica. Elaborar manuais de procedimentos para operação de instrumentos e execução de técnicas laboratoriais e de experimentos, com destaque para: espectrofotometria, centrifugação, gravimetria, filtração, destilação e outras. Tabular e analisar dados experimentais utilizando programas específicos, gerando resultados que posteriormente são analisados por docentes e outros. Promover contatos e intercâmbio com profissionais relacionados com a área de atuação, objetivando o desenvolvimento e aprimoramento do ensino e da pesquisa. Desenvolver atividades de apoio ao planejamento, à organização e à execução de eventos diversos, providenciando infraestrutura técnica e administrativa, apoio logístico e financeiro. Operar microcomputador para auxiliar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Zelar pela guarda, conservação e limpeza dos equipamentos, instrumentos e materiais peculiares ao trabalho, bem como dos locais ou acompanhar estas atividades quando a cargo de terceiros. Desempenhar outras atividades correlatas e afins à área de atuação.

1.3. Jornada de Trabalho Semanal: Completa, com 40 (quarenta) horas, com disponibilidade para trabalhar nos turnos diurno e noturno e aos sábados.

2. As atribuições a serem exercidas pelo candidato admitido são as definidas no anexo que faz parte integrante da Deliberação CETEPS nº 008/2014, de 10/07/2014, publicada no DOE de 15/07/2014 e republicada em 31/07/2014, e que constitui o ANEXO I do presente Edital.

CAPÍTULO III DOS REQUISITOS

1. Área de atuação: QUÍMICA.

1.1. Ser portador de diploma de formação em educação profissional técnica de nível médio, com habilitação específica na área de atuação, ou

1.2. Ser portador de diploma de curso de graduação na área de atuação do concurso.

CAPÍTULO IV DOS VENCIMENTOS E JORNADA DE TRABALHO

1. O salário mensal é o correspondente ao PADRÃO I-A, da Escala Salarial – AUXILIAR DE DOCENTE, a que se refere o inciso III do artigo 25-A da Lei Complementar nº 1.044/2008, de 13/05/2008, publicada no DOE de 14/05/2008, acrescido pelo

inciso I do

artigo 25-A da

Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescido pelo

inciso I do

artigo 25-A da

Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescido pelo

inciso I do

artigo 25-A da

Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescido pelo

inciso I do

artigo 25-A da

Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescido pelo

inciso I do

artigo 25-A da

Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescido pelo

inciso I do

artigo 25-A da

Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescido pelo

inciso I do

artigo 25-A da

Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescido pelo

inciso I do

artigo 25-A da

Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescido pelo

inciso I do

artigo 25-A da

Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescido pelo

inciso I do

artigo 25-A da

Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescido pelo

inciso I do

artigo 25-A da

Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescido pelo

inciso I do

artigo 25-A da

Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescido pelo

inciso I do

artigo 25-A da

Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescido pelo

inciso I do

artigo 25-A da

Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescido pelo

inciso I do

artigo 25-A da

Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescido pelo

inciso I do

artigo 25-A da

Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescido pelo

inciso I do

artigo 25-A da

Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescido pelo

inciso I do

artigo 25-A da

Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescido pelo

inciso I do

artigo 25-A da

Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescido pelo

inciso I do

artigo 25-A da

Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescido pelo

inciso I do

artigo 25-A da

Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescido pelo

inciso I do

artigo 25-A da

Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescido pelo

inciso I do

artigo 25-A da

Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescido pelo

inciso I do

artigo 25-A da

Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescido pelo

inciso I do

artigo 25-A da

Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescido pelo

inciso I do

artigo 25-A da

Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescido pelo

inciso I do

artigo 25-A da

Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescido pelo

inciso I do

artigo 25-A da

Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescido pelo

inciso I do

artigo 25-A da

Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescido pelo

inciso I do

artigo 25-A da

Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescido pelo

inciso I do

artigo 25-A da

Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescido pelo

inciso I do

artigo 25-A da

Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescido pelo

inciso I do

artigo 25-A da

Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescido pelo

inciso I do

artigo 25-A da

Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescido pelo

inciso I do

artigo 25-A da

Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescido pelo

inciso I do

artigo 25-A da

a) certidão ou declaração, expedida por instituição de ensino pública ou privada;

b) carteira de identidade estudantil ou documento similar, expedido por instituição